

Os estudantes de ensino superior, em Portugal: uma análise no período 1994-2011. Quem são? Quanto gastam? Como gastam? Que enquadramento no contexto europeu?

Higher Education Students in Portugal: an analysis in the period 1994-2011. Who are they? How much do they spend? How do they spend it? What framework in the European context?

Los estudiantes de la enseñanza superior en Portugal: un análisis en el período 1994-2011. ¿Quiénes son? ¿Cuánto gastan? Cómo gastan? ¿Qué marco en el contexto europeo?

BELMIRO GIL CABRITO
LUÍSA CERDEIRA
TOMÁS PATROCÍNIO

Resumo: As condições de vida dos estudantes portugueses de ensino superior pioraram na última década. Neste artigo analisam-se as mudanças que ocorreram nas suas condições de vida bem como a sua composição social, no período 1994-2011, convocando-se os resultados de três questionários aplicados a três amostras representativas dos estudantes Portugueses do ensino superior. Analisam-se os dados relativos aos custos totais de educação, aos orçamentos familiares e à posse de determinados “bens básicos” como acesso à Internet, meios electrónicos de pagamento, transporte e outros custos e comparam-se as condições de vida dos estudantes portugueses com as dos estudantes de alguns países europeus e conclui-se acerca da sua situação desfavorecida face à dos seus colegas europeus.

Palavras-chave: origem social dos estudantes do ensino superior; custos de educação; acessibilidade; capacidade para pagar; acesso a “bens básicos”.

Abstract: The living conditions of Portuguese higher education students have worsened in the last decade. This paper analyzes the changes occurred in their living conditions, as well as their social composition in the period 1994-2011, based on the results of three questionnaires administered by the authors to three representative samples of Portuguese higher education students. It discusses data on the total cost of education, household budgets and possession of certain “basic goods” such as access to the Internet and to electronic payment systems, transportation and other costs, and compares Portuguese students’ living conditions with those of students in some European countries, concluding that they are at a disadvantage against their European counterparts.

Keywords: : social background of higher education students; education costs; accessibility; ability to pay; access to “basic goods”.

Resumen: Las condiciones de vida de los estudiantes portugueses en la educación superior han empeorado en la última década. En este trabajo se analizan los cambios que se han producido en sus condiciones de vida, así como

su composición social, en el período de 1994-2011, reuniendo los resultados de tres cuestionarios realizados por los autores a tres grupos representativos de estudiantes portugueses de la educación superior, en el período de 1994-2011. Se analizan los datos sobre el costo total de la educación, los presupuestos familiares y la posesión de ciertos “bienes básicos”, tales como acceso a Internet, los pagos electrónicos, el transporte y otros costos, y se comparan las condiciones de vida de los estudiantes portugueses a las de los estudiantes de algunos países europeos y se establecen conclusiones sobre su situación de desventaja en relación a los similares estudiantes europeos.

Palabras clave: origen social de los estudiantes de la educación superior; costos de la educación; accesibilidad; capacidad de pago; acceso a “bienes básicos”.

INTRODUÇÃO

O ensino superior sempre tem sido considerado importante para o desenvolvimento dos homens e das sociedades. Esta importância viu-se acrescida, em particular desde a década de 1950, em consequência da relação positiva entre educação e produtividade afirmada pela Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1961; BECKER, 1964). O papel que então cabe à educação na sociedade, particularmente à educação superior, explica que faça parte da agenda política da generalidade dos países. Todavia, são vários os problemas respeitantes à educação, sejam os relacionados com a escolaridade obrigatória (duração e objetivos); com a sua natureza (geral, profissional, vocacional); com os graus educativos (básico, secundário, superior); com a equidade, que exige pensar-se na acessibilidade e na capacidade financeira dos jovens para a pagar (*affordability*); entre outros.

Não obstante este conjunto diversificado de questões educativas que urge discutir, diversos sociólogos apontam como principais problemas da educação os que se relacionam com a origem social dos estudantes, suas condições de vida e capacidade financeira. Investigadores como Bourdieu & Passeron (1964, 1970), Bowles & Gintis (1976); Levin (1976); Carter (1976); Willis (1977); Carnoy (1977); Boudon (1973); Boudon & Lagneau (1980); Bernstein (1996); entre muitos outros, chamam a atenção para o fato de a escola promover as desigualdades sociais ao invés de as minimizar. Por seu turno, Prost (1992), ainda que partindo de outro quadrante político, refere que a democratização da educação não só não diminui as desigualdades entre os jovens que habitam a escola como as transfere do ensino básico e secundário para o ensino superior.

Por outro lado, tendo em atenção as dificuldades financeiras com que se debatem os governos, a ideia de que a educação superior compete ao estado, aos estudantes e famílias, empresários, filantropos e outros atores interessados tem vindo a desenvolver-se e a impor-se nas políticas educativas da maior parte dos países europeus, suportada pela Cost-Sharing Theory (Teoria de Partilha

de Custos), teorizada por diversos investigadores, dentre os quais sobressaem-se Johnstone (1986, 1991, 1992, 2002, 2003) e Johnstone & Marcucci (2007). Este novo entendimento do papel do estado, estudantes e **stakeholders** no financiamento da educação superior é relativamente recente no quadro europeu, onde o Estado Providência assegurava, até há pouco tempo, uma educação superior gratuita, que era suportada, na prática, pelos contribuintes em geral, através dos impostos.

Nestas circunstâncias, com o objetivo de compreender o que vem ocorrendo na educação superior, em Portugal, no sentido de perceber qual o papel que os estudantes e respetivas famílias vêm assumindo no financiamento da educação superior e, concomitantemente, a fim de perceber quem são os estudantes deste nível de ensino em Portugal, os autores do presente artigo têm vindo a realizar investigação sistemática sobre a origem social dos estudantes do ensino superior no país, bem como sobre as despesas que eles são obrigados a efetuar para estudar. Aliás, perante a crise económica e financeira que assola o país, estudar as condições de vida dos estudantes do ensino superior torna-se ainda mais imperioso, considerando as novas dificuldades que se colocam ao estudante e que se refletem diretamente na sua condição de ser estudante.

Esta temática tem vindo a ser de forma pioneira estudada em Portugal pelos autores, desde meados da década de 1990, com a aplicação de três questionários a três amostras representativas dos estudantes do ensino superior do país, respetivamente em 1994/1995 (CABRITO, 2002), 2004/2005 (CERDEIRA, 2009) e em 2010/2011 (CERDEIRA, CABRITO, PATROCÍNIO, MACHADO & BRITES, 2012). A informação recolhida através destes três questionários fornece um panorama sobre a evolução do ensino superior em Portugal nas últimas duas décadas, nomeadamente acerca da estrutura social dos estudantes do ensino superior e de suas condições de vida.

METODOLOGIA

As três investigações acima mencionadas repousaram em três amostras nacionais representativas dos estudantes do ensino superior. As três amostras eram estratificadas em função das variáveis: tipo de educação superior (universidade pública, instituto politécnico público, universidade privada, instituto politécnico privado); curso frequentado; idade e género. As três amostras rondaram os 20% dos respetivos universos, tendo sido inquiridos 2026 estudantes em 1994/1995 e 1040 estudantes em cada uma das investigações posteriores.

Na primeira investigação, o universo era constituído pelos estudantes matriculados com pelo menos três inscrições, fato que permitia conhecer as

respostas de estudantes que haviam conhecido o ensino superior público gratuito e não gratuito, uma vez que as taxas de matrícula atualizadas foram impostas, no ensino superior público, no ano letivo de 1992/1993. De referir que, nesta data, os cursos de graduação demoravam entre quatro e cinco anos, pelo que os estudantes inquiridos já detinham bom conhecimento do sistema.

Nas duas investigações seguintes, os universos corresponderam ao total de estudantes com duas inscrições. De realçar que nestas últimas investigações a educação superior portuguesa (e europeia) já tinha sido reformada de acordo com a Declaração de Bolonha, pelo que os cursos de graduação, salvo determinadas situações de exceção, demoram, apenas, três anos.

De referir que foi considerada, nas três investigações, a experiência dos estudantes como garantia para respostas objetivas e bem fundamentadas.

Depois de construídas as amostras, obedecendo à fórmula da proporcionalidade, ao nível dos subsistemas, instituições, cursos, sexo e idade, foram contatadas todas as instituições de ensino superior públicas e privadas do país, a fim de obter permissão para a aplicação dos questionários.

Para a aplicação dos questionários, os investigadores deslocaram-se a cada uma das instituições. Em cada instituição, os inquiridos foram determinados de forma aleatória. Os questionários foram preenchidos pelo respondente, em salas de aula, bibliotecas e espaços públicos, na presença do entrevistador.

Cada um dos questionários aplicados detém as suas especificidades. Todavia, em todos eles se encontram grupos de questões semelhantes, o que permite perceber os caminhos do ensino superior em Portugal, no período em análise.

Com o objetivo de determinar a origem social e económica dos estudantes, foi-lhes solicitado que indicassem o nível académico dos respetivos pais, bem como as funções desempenhadas.

Por outro lado, para determinar os custos de educação e o respetivo peso nos orçamentos familiares, e tendo em atenção Johnstone (1986), foi solicitado aos estudantes que indicassem: o rendimento familiar; os custos de vida anuais (alojamento, alimentação, saúde, transportes, telefone e despesas pessoais tais como vestuário e calçado, lazer etc.); bem como as despesas anuais em educação (taxas de matrícula, livros e material didático, equipamento, visitas de estudo).

Para melhor conhecimento dos estudantes e suas condições de vida, foram colocadas questões que pretendiam dar a conhecer as respetivas trajetórias escolares e expectativas futuras. Finalmente, apresentaram-se questões relativas a alguns indicadores de nível de vida, nomeadamente, a natureza dos meios de pagamento utilizados pelos estudantes; o acesso à Internet e a posse de viatura própria.

De referir que os dados dos três questionários foram analisados com o

pacote estatístico para as ciências sociais SPSS.

ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DOS ESTUDANTES PORTUGUESES DO ENSINO SUPERIOR

Nos estudos empíricos acima referidos foi incluído um conjunto de questões que permitem conhecer a estrutura socioeconômica dos estudantes do ensino superior e sua evolução ao longo do período 1994-2011. Baseado na análise das respostas dadas em cada um dos três questionários, conclui-se acerca da estrutura social dos estudantes do ensino superior, que se apresenta em três estratos sociais definidos em função do rendimento familiar.

Quadro 1 – Origem socioeconômica dos estudantes do ensino superior (%)

Rendimento (*)	1994-1995	2004/2005	2010/2011
Alto/Médio alto	14.4	17.3	38.2
Médio	71.8	74.1	43.8
Baixo	13.8	8.6	18.0

Fonte: Cabrito, 2002, para 1994/1995; Cerdeira, 2009, para 2004/2005); Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012, para 2010/2011.

(*)Escalaões: Rendimento: alto/médio alto >1500€; Médio 870 a 1500€; Baixo <870€

Em primeiro lugar, note-se que, entre 1994/1995 e 2004/2005, houve um crescimento do número de jovens pertencentes à classe média no ensino superior, em prejuízo do estrato social mais desfavorecido. Simultaneamente, o estrato alto/médio alto encontra-se fortemente representado entre os estudantes do ensino superior, considerando que o estrato social alto/médio alto representava, apenas, 9.9% da população portuguesa de acordo com o Censo de 2001 (CABRITO, 2002). Estes dois factos revelam um forte processo de elitização do ensino superior após o processo de democratização, quer do país quer da educação, ocorrido após a Revolução de 25 de Abril, a qual pôs fim à ditadura com quase 50 anos. A situação exprime claramente um ensino superior com um baixo grau de equidade, dando atenção ao peso que o estrato social alto/médio alto tinha na população portuguesa e ao fato de, para a mesma data, o estrato baixo corresponder a cerca de 38,0% da população portuguesa mas apenas 12.5% da população estudantil (CABRITO, 2004).

Continuando a análise, verifica-se que a estrutura social dos estudantes do ensino superior mudou dramaticamente de 2004-2005 para 2010-2011. Durante este período, a participação dos estudantes oriundos dos estratos mais

favorecidos mais que duplicou, denotando o reforço do processo de elitização do sistema. Simultaneamente, assistiu-se a uma queda espectacular da participação dos estudantes oriundos do estrato social de rendimentos médios, em benefício quer dos mais ricos quer dos mais pobres. Este fato não afeta o grau de equidade do sistema, na medida em que se constitui a consequência da crise econômica e financeira que se abateu sobre o país e que lançou milhares de trabalhadores de rendimento médio no desemprego (INE, vários anos).

Assim, pode concluir-se que o ensino superior português está a viver um forte processo de elitização, com o aumento da participação dos jovens oriundos dos estratos de rendimentos mais elevados (CERDEIRA *et alii*, 2012).

OS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E A POSSE DE ALGUNS “BENS BÁSICOS”

MEIOS DE PAGAMENTO UTILIZADOS PELOS ESTUDANTES

Os estudantes foram inquiridos sobre a posse de cartão de débito (vulgo cartão Multibanco), tendo uma esmagadora maioria respondido afirmativamente, sendo no ensino público onde se regista o nível mais elevado (96%), conforme pode observar-se no Quadro 2. No caso dos alunos do ensino privado, este valor desce ligeiramente, tendo o teste do qui-quadrado revelado diferenças significativas entre os dois subsistemas.

Quadro 2 - Posse de cartão de débito – Multibanco, por tipo de instituição

	Possui cartões de Débito (Multibanco)?			
	Sim	Sim	Sim	Não
	2004/2005		2010/2011	
Universitário público	93,9	6,1	96,1	3,9
Politécnico público	93,0	95,6	95,6	4,4
Universitário privado	80,7	19,3	92,9	7,1
Politécnico privado	81,1	18,9	89,3	10,7

Fonte: Cerdeira, 2009; Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

* $\chi^2(3) = 37,016$; $p < 0,001$. ** $\chi^2(3) = 7920$; $p < 0,05$.

De fato, são os estudantes do ensino superior privado (universitário e politécnico) que apresentam menor posse deste tipo de cartão de pagamento. Todavia, houve uma subida em todos os subsistemas entre os dados obtidos em

2004/2005 e os obtidos em 2010/2011, com o ensino privado a demonstrar um maior crescimento em relação aos valores de 2004/2005.

Os dados relativos à utilização de cartão multibanco pelos alunos das diferentes áreas científicas também denotavam diferenças estatisticamente significativas em 2004/2005. Todavia, a vulgarização da sua utilização é uma realidade entre todos os estudantes. Na verdade, já não se detectam grandes diferenças no seu uso por área científica no estudo relativo a 2010/2011, conforme pode concluir-se da análise do Quadro 3.

Quadro 3 – Posse de cartão de débito – Multibanco, por área científica

	Possui cartões de Débito (Multibanco)?			
	Sim	Não	Não	Não
	2004/2005		2010/2011	
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	85,6	14,4	3,4	3,4
Ciências	93,4	6,6	8,3	8,3
Gestão, Ciências Computacionais	93,4	6,6	97,8	2,2
Ciências Sociais, Direito	89,4	10,6	95,9	4,1
Engenharia e outros cursos técnicos	93,7	6,3	94,2	5,8
Educação	85,4	14,6	94,3	5,7
Medicina, Medicina Dentária, Farmácia	95,7	4,3	92,6	7,4
Enfermagem	82,1	17,9	90,4	9,6

Fonte: Cerdeira, 2009; Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

* $\chi^2(7) = 20,231$; $p = 0,005$. ** $\chi^2(7) = 10,102$; n.s

Atualmente, a esmagadora maioria dos estudantes, qualquer que seja a área científica, possuía cartão Multibanco, sendo que em 2010/2011 são os estudantes da área de Enfermagem que evidenciam o valor mais baixo (90%) e os de Gestão e Ciências Computacionais os mais elevados (98%).

Em 2004/2005, o ensino privado revelava um maior número de estudantes com posse de cartão de crédito (de resto com diferenças estatísticas significativas). Mas, em 2010/2011, registou-se uma harmonização de valores entre os diferentes tipos de ensino.

De qualquer modo, a maioria dos alunos não possui cartão de crédito. Aliás os valores de 2010/2011 registam uma evolução negativa relativamente a 2004/2005 no ensino politécnico público e universitário privado. Este fato poderá indiciar uma necessidade de maior controlo dos gastos, tendo em atenção a forte evolução negativa da economia portuguesa no período que medeia entre a aplicação dos dois questionários, de que resultou o aumento desenfreado do

desemprego em Portugal, passando de menos de 8% para mais de 15% (INE, vários anos).

Quadro 4 – Posse de cartão de crédito, por tipo institucional

	Possui cartões de Crédito?			
	Sim	Não	Não	Não
	2004/2005		2010/2011	
Universitário público	20,4	79,6	26,8	73,2
Politécnico público	27,1	23,1	23,1	76,9
Universitário privado	48,2	51,8	26,6	73,4
Politécnico privado	30,9	69,1	32,0	68,0

Fonte: Cerdeira, 2009; Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

* $\chi^2(3) = 35,570$; $p < 0,001$. ** $\chi^2(3) = 3,204$; n.s.

ACESSO À INTERNET

Outro dos indicadores de “consumo básico dos estudantes” escolhido foi o de acesso à internet. A grande maioria dos estudantes do ensino superior tem acesso à Internet na sua residência, sendo os estudantes do ensino privado aqueles que maior percentagem apresentam. O ensino politécnico é o que evidencia o valor mais elevado (politécnico privado com 97%) e ao mesmo tempo o mais baixo em 2010/2011 (politécnico público com 91%)., como se pode observar no Quadro 5.

Quadro 5 – Acesso à Internet em casa, por tipo institucional

	Possui acesso à Internet na sua residência?			
	Sim	Não	Não	Não
	2004/2005		2010/2011	
Universitário público	71,0	29,0	93,7	6,3
Politécnico público	56,8	43,2	90,9	9,1
Universitário privado	84,5	15,5	95,5	4,5
Politécnico privado	69,4	30,6	97,3	2,7

Fonte: Cerdeira, 2009; Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

* $\chi^2(3) = 33,545$; $p < 0,001$. ** $\chi^2(3) = 6,470$; n.s.

Pode sinalizar-se um franco crescimento em todos os estudantes, qualquer que seja o sistema frequentado, com particular ênfase no ensino público e em particular os estudantes do ensino politécnico. Em 2004/2005, eram os alunos das áreas da Medicina, Medicina Dentária e Farmácia quem evidenciavam a melhor

posição em relação à possibilidade de ter acesso à Internet na sua residência, com 77% de respostas afirmativas, seguidos de perto pelos de Engenharia (76%) e de Ciências Sociais e Direito (74%). Em contrapartida, os estudantes de Educação tinham o nível mais baixo de acesso, com apenas 59% de respostas afirmativas, logo seguidos dos de Gestão e Ciências Computacionais (61%).

Contudo, em 2010/2011 houve, para além do crescimento acentuado em todas as áreas, a recuperação assinalável das áreas que precisamente denotavam menores valores em 2004/2005: Educação, que passou de 59% para 96% e Gestão e Ciências Computacionais, que aumentou de 61% para 96%. De alguma forma, esta evolução testemunha um real processo de democratização em Portugal no acesso a alguns bens e serviços que já fazem parte do quotidiano do estudante do ensino superior.

Observe-se, no Quadro 6, o comportamento dos estudantes das diversas áreas científicas, relativamente ao seu acesso à internet.

Quadro 6 – Acesso à Internet em casa, por área científica

	Possui acesso à Internet na sua residência?			
	Sim	Não	Não	Não
	2004/2005		2010/2011	
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	65,9	34,1	94,0	6,0
Ciências	62,7	37,3	91,7	8,3
Gestão, Ciências Computacionais	60,6	39,4	95,5	4,5
Ciências Sociais, Direito	74,1	25,9	91,0	9,0
Engenharia e outros cursos técnicos	75,8	24,2	93,2	6,8
Educação	59,3	40,7	95,7	4,3
Medicina, Medicina Dentária, Farmácia	76,6	23,4	92,6	7,4
Enfermagem	62,2	37,8	93,9	6,1

Fonte: Cerdeira, 2009; Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

* $\chi^2(7) = 20,779$; $p = 0,005$. ** $\chi^2(7) = 4,640$; $p = n.s.$

Interessa realçar que os valores encontrados para os estudantes do ensino superior inquiridos são muito mais elevados do que o registado a nível nacional. Os resultados do presente inquérito podem comparar-se com os resultados divulgados no relatório do Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento (2010), no qual se informava que em 2010, 50% dos agregados familiares possuía ligação em banda larga à Internet, mais do dobro do que em 2005, que era de cerca de 20% (refira-se, de resto, que Portugal ocupa neste indicador o 6.º lugar na UE27).

POSSE DE VIATURA PRÓPRIA

Finalmente, no que respeita ao acesso a viatura própria, os estudantes do ensino superior público revelam ter menos acesso a este tipo de bens do que os do privado, o que seria expectável considerando a desigualdade de rendimentos dos agregados familiares dos estudantes de ambos os subsistemas, sendo os estudantes do ensino privado aqueles cujos agregados familiares apresentam, em média, maior nível de rendimentos (CERDEIRA, 2009; CERDEIRA, CABRITO, PATROCÍNIO, MACHADO & BRITES, 2012).

Quadro 7 – Posse de viatura, por tipo institucional

	Possui viatura própria?			
	Sim	Não	Não	Não
	2004/2005		2010/2011	
Universitário público	30,9	69,1	36,1	63,9
Politécnico público	27,7	72,3	41,9	58,1
Universitário privado	57,9	42,1	48,1	51,9
Politécnico privado	47,8	52,2	50,7	49,3

Fonte: Cerdeira, 2009; Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

* $\chi^2(3) = 48,700$; $p < 0,001$. ** $\chi^2(3) = 10,703$; $p = 0,013$.

Em 2010/2011, são os estudantes do ensino politécnico privado os que possuem em maior percentagem viatura própria (51%), seguidos do ensino universitário privado (48%). Os alunos do ensino universitário público são os que possuem em menor número viatura própria (36%), logo seguidos do politécnico público (42%). Em qualquer dos casos, verifica-se que subiu entre os dois questionários a posse deste tipo de bens.

Em termos de área científica, conforme se pode observar no Quadro 8, verifica-se que os alunos da área da Gestão e Ciências Computacionais evidenciam a percentagem mais elevada de alunos com viatura própria (49%). De assinalar também que os estudantes da área “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” e “Artes e Humanidades, Línguas” são aqueles que, em 2010/2011, apresentam valores mais baixos. Esta situação, particularmente para o caso de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” não deixa de surpreender, considerando a tradicional composição socioeconómica destes cursos, onde predominam os jovens de estratos sociais de rendimentos mais elevados, pelo menos no caso português (CABRITO, 2002; CERDEIRA, 2009; CERDEIRA, CABRITO, PATROCÍNIO, MACHADO & BRITES, 2012).

Quadro 8 – Posse de viatura, por área científica

	Possui viatura própria?			
	Sim	Não	Não	Não
	2004/2005		2010/2011	
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	31,9	68,1	33,6	66,4
Ciências	32,8	67,2	38,3	61,7
Gestão, Ciências Computacionais	45,6	54,4	48,6	51,4
Ciências Sociais, Direito	40,4	59,6	38,7	61,3
Engenharia e outros cursos técnicos	36,5	63,5	45,9	54,1
Educação	22,0	78,0	40,0	60,0
Medicina, Medicina Dentária, Farmácia	27,7	72,3	33,3	66,7
Enfermagem	32,4	67,6	37,8	62,2

Fonte: Cerdeira, 2009; Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

* $\chi^2(7) = 19,315$; $p = 0,007$. ** $\chi^2(7) = 11,35$; $p = n.s.$

Pode então concluir-se, de acordo com os resultados do teste do qui-quadrado, que existe uma relação significativa entre o nível de rendimentos dos pais que os alunos identificaram nos inquéritos e as variáveis que respeitam à posse de cartão de crédito, de viatura e de Internet na residência, sendo sempre mais elevadas nos casos de rendimento superior e decrescendo à medida que descem os rendimentos. Disto se dá conta no Quadro 9.

Quadro 9 – Posse de cartões de crédito, viatura e acesso à internet em casa, por nível de rendimento do agregado familiar (percentagens)

Rendimentos do Agregado familiar		Possui cartões de Crédito ¹		Possui acesso à Internet em casa ²		Possui viatura própria ³	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
2004/2005*	Rendimentos altos/médios altos	37,8	62,2	86,4	13,6	51,6	48,4
	Rendimentos médios	26,3	73,7	68,0	32,0	34,9	65,1
	Baixos rendimentos	21,6	78,4	41,8	58,2	22,7	77,3
2010/2011**	Rendimentos altos/médios altos	30,7	69,3	96,4	3,6	55,2	44,8
	Rendimentos médios	22,2	77,8	93,2	6,8	37,3	62,7
	Baixos rendimentos	24,3	75,7	86,4	13,6	19,6	80,4

Fonte: Cerdeira, 2009; Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

* $\chi^2(2) = 8,985$; $p = 0,011$. * $\chi^2(2) = 50,024$; $p < 0,001$. * $\chi^2(2) = 21,339$; $p < 0,001$.

** $\chi^2(2) = 8,267$; $p = 0,016$. * $\chi^2(2) = 19,956$; $p < 0,001$. * $\chi^2(2) = 70,387$; $p < 0,001$.

Não será de estranhar este resultado, dado que o acesso a bens de consumo e mesmo de investimento está relacionado com o nível de poder de compra. Assim, os estudantes cujos pais estão no grupo de Rendimentos Altos, Rendimentos Médio/Alto são notoriamente quem mais possui cartão de crédito (38% em 2004/2005 e 31% em 2010/2011), quem possui maioritariamente viatura própria (52% em 2004/2005 e 55% em 2010/2011), e quem esmagadoramente tem Internet em casa (86% em 2004/2005 e 96% em 2010/2011).

CUSTOS DE EDUCAÇÃO E DE VIDA DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Em primeiro lugar, destaque-se que se verificou um incremento significativo dos custos de educação de 2004/2005 (CERDEIRA, 2009) para 2010/2011 (CERDEIRA, CABRITO, PATROCÍNIO, MACHADO & BRITES, 2012). O Quadro 10 mostra a evolução das despesas, em euros, dos custos de educação, de vida e totais dos estudantes e o incremento, em percentagem, dos custos totais.

Quadro 10 – Média anual das despesas em educação (de vida, de educação e total) dos estudantes do ensino superior, em euros, e crescimento da despesa total, em percentagem, no período

Tipo de Instituição	2004/2005 (*)			2010/2011 (**)			Crescimento do custo total (%)
	Custos de vida	Custos de educação	Total	Custos de vida	Custos de educação	Total	
Universidade Pública	4.297,30	1.207,80	5.505,10	4.721,90	1.218,70	5.875,80	6,7%
Inst.Politécnico Público	4.011,70	1.040,20	5.051,90	4.529,70	1.158,90	5.663,70	12,1%
Universidade Privada	5.048,10	3.660,20	8.708,30	4.618,10	3.495,10	8.113,20	-6,8%
Inst.Politécnico Privado	4.258,20	3.512,00	7.770,20	5.878,50	4.207,50	10.086,00	29,8%
Total	4.286,00	1.841,20	6.127,20	4.721,40	1.757,40	6.447,00	5,2%

Source: (*) Cerdeira, 2009. (**) Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

Dos valores do quadro, pode concluir-se que a situação dos estudantes portugueses do ensino superior se agravou de forma significativa entre 2004-2005 e 2010-2011 e que este agravamento foi mais sentido no ensino superior politécnico, em particular no ensino superior politécnico privado.

É também de destacar que a componente Custo de Vida e Custo de Educação não é percentualmente semelhante no conjunto das despesas totais que os estudantes realizaram em 2011/2011, no ensino público e no ensino privado. Esta situação é bem demonstrada quando comparamos o peso de cada uma daquelas rubricas nas despesas totais realizadas pelos estudantes, no período para o qual se possuem dados nacionais (1995, 2005 e 2010). Observe-se o Quadro 11:

Quadro 11 - Comparação dos custos de vida e de educação dos estudantes do ensino superior em 1994-1995, 2004-2005 e 2010-2011 (valores percentuais)

Anos/ Custos	Universidade Pública			Universidade Privada		
	Custos de educação	Custos de vida	Total	Custos de educação	Custos de vida	Total
1994/1995	16.9	83.1	100.0	39.0	61.0	100.0
2004/2005	21.9	78.1	100.0	42.0	58.0	100.0
2010/2011	16.5	83.5	100.0	42.0	58.0	100.0

Fonte: Cabrito, 2002, para 1994/1995; Cerdeira, 2009, para 2004/2005); Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012, para 2010/2011

Os dados acima retratam bem o esforço que os estudantes do ensino superior têm vindo a realizar para frequentarem esta oferta educativa, seja nos estabelecimentos públicos seja nos privados. Este esforço torna-se mais evidente quando é medido em função do nível do rendimento das famílias portuguesas, como pode observar-se na secção seguinte.

CONDIÇÕES DE VIDA DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Nesta secção, apresentam-se as condições de vida dos estudantes portugueses do ensino superior, comparando-se com alguns países da União Europeia.

Quadro 12 – Acessibilidade dos estudantes Portugueses do ensino superior (público e privado; universitário e politécnico): custos versus-PIB per capita, em euros, valores líquidos, em 2010

	Valor €	% PIB pc
(1) PIB per capita	19198,7 (*)	
(2) Custo de educação	1.934,83	10.1
(3) Custo de vida	4.689,62	24.4
(4)= (2)+(3)= Custo Total	6.624,45	34.5
(5) Bolsa de estudo por aluno (a)	425,64	
(6)=(4)-(5)= Custo líquido	6.198,61	32.3
(7) Deduções fiscais (b)	760,00	
(8)= (6)-(7)= Custo líquido depois das deduções fiscais	5.438,61	28.3
(9) Empréstimo por aluno (c)	0,00	
(10)=(4)-(5)-(9) Custo total 2010 (gastos efectivos)	6.198,61	32.3
(11)= (10)-(7) Custos Totais depois das deduções 2010	5.438,61	28.3

Fonte: Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

(*) Correspondente a 25444 USD ppp, valor do PIB pc em 2010, obtido em OECDStat19/10/2012, com 1 USD ppp. = 0.75455€ de acordo com OANDA Currency calculator Rates tm, acedido em 31/12/2010.

(a) PORDATA.pt, acedido em 22/10/2012.

(b) Em 2010, o governo fixou em €760 as deduções por filho a estudar em sede fiscal.

(c) A existência de uma política de empréstimos para estudar data de 2007/2008 com o Empréstimo de Garantia Mútua, sendo que, em 2010, as quantias emprestadas, não tendo atingido valores significativos, ainda não tiveram consequências reais nas condições de vida dos estudantes. Para além disto, não existe informação oficial sobre o subsídio público aos empréstimos concedidos aos estudantes do ensino superior.

A análise dos valores do Quadro 12 é bem elucidativa do esforço que os estudantes do ensino superior e respetivas famílias têm de realizar para se manter a estudar. De fato, para uma família ter um elemento a estudar em Portugal precisa de gastar cerca de 34.5% do PIB *per capita* das famílias portuguesas, valor que diminui para 28,3% do PIB *per capita* dos portugueses, após dedução do valor das bolsas e das deduções em sede fiscal. Aquela percentagem ainda é, obviamente, extremamente elevada. Estudar significa, pois, um dispêndio de capital que dificulta as famílias de menores rendimentos a colocarem os seus filhos a fazer estudos superiores. Este facto concretiza uma evidente falta de equidade no que respeita à acessibilidade dos portugueses ao ensino superior.

Observe-se, de seguida, alguns dados comparativos da situação dos estudantes portugueses do ensino superior com os seus colegas europeus. Neles se

compara a posição relativa dos estudantes superiores portugueses com a dos seus colegas, em termos da capacidade para pagar os seus estudos que, na expressão inglesa se designa por *affordability*, conceito concetualizado por Hill *et al.* (2003), Usher & Cervenán (2005) e Usher & Medow (2010).

Quadro 13 – Comparação dos custos de educação com o PIB pc, USD\$, ppps (*), em alguns países

	Custos de educação (1)	PIB pc (2)	%	Ranking
Noruega	596	61332	0,97%	1º
Dinamarca	530	39841	1,3%	2º
Suécia	600	39613	1,5%	3º
França	585	34167	1,7%	4º
Alemanha	933	37115	2,5%	5º
Finlândia	1.243	38080	3,3%	6º
Holanda	3.125	42929	7,3%	7º
Portugal	2.564(3)	25444	9,6%	8º
Inglaterra e Gales	5288	36059	14,7%	9º
Letónia	3.299	17300 (4)	19,1%	10º

Fonte: (1) Usher & Medow, 2010; (2) OECD.Stat 2011, acedido em 19/10/2012; (3) Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012; (4) CIAWorld Factbook (www.indexmundi.com acedido em 21/08/2012).

(*) com 1 USDppp. = 0.75455€ de acordo com OANDA Currency calculator Rates tm, acedido em 31/12/2010.

É notória a situação desfavorecida dos estudantes portugueses, quando comparada com a dos seus colegas europeus, excetuando-se os casos inglês/galês e lituano. A posição dos estudantes portugueses é a oitava, num ranking que expressa o peso dos custos de educação no PIB per capita de cada país.

Observe-se, de seguida, no Quadro 14, a situação dos diversos países, relativamente aos custos de vida dos estudantes.

Quadro 14 - Comparação dos custos de vida com o PIB pc, USD\$, ppps (*), em alguns países

	Custos de vida (1)	PIB pc (2)	%	Ranking
Noruega	7.499	61332	12,2	1º
Alemanha	5.317	37115	14,3	2º
Holanda	7.223	42929	16,8	3º
Letónia	2.924	17300 (4)	16,9	4º
Finlândia	6.734	38080	17,7	5º
França	7.462	34167	21,8	6º
Suécia	8.665	39613	21,9	7º
Dinamarca	9.413	39841	23,6	8º
Portugal	6.215 (3)	25444	24,4	9º
Inglaterra e Gales	9.556	36059	26,5	10º

Fonte: (1) Usher & Medow, 2010; (2) OECD.Stat 2011, acedido em 19/10/2012; (3) Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012; (4) CIAWorld Factbook (www.indexmundi.com, acedido em 21/08/2012).

(*) com 1 USDppp. = 0.75455€ de acordo com OANDA Currency calculator Rates tm, acedido em 31/12/2010.

A análise dos dados do Quadro 14 demonstra bem a situação de desfavorecimento dos estudantes portugueses do ensino superior, face aos seus colegas europeus.

De seguida, observe-se o Quadro 15, que combina os dois quadros anteriores, representando a situação dos estudantes dos diversos países na relação que se estabelece entre o PIB *per capita* de cada país e os custos totais que os estudantes realizam para estudar, após as deduções fiscais e o valor das bolsas de estudo concedidas pelo estado.

Quadro 15 - Comparação dos custos totais líquidos de educação (custos de educação+custos de vida, deduzidos os valores das bolsas e deduções em sede fiscal) com o PIB pc, USD\$, ppps (*), em alguns países

	Custos líquidos (1)	PIB pc (2)	%	ranking
Noruega	6.276	61332	10,2	1º
Dinamarca	5.229	39841	13,1	2º
Finlândia	5.641	38080	14,8	3º
Suécia	6.056	39613	15,3	4º
Alemanha	5.821	37115	15,7	5º
Holanda	8.111	42929	18,9	6º
França	7.274	34167	21,3	7º
Portugal	7208 (3)	25444	28,3	8º
Letónia	5.258	17300(4)	30,4	9º
Inglaterra e Gales	13.772	36059	38,2	10º

Fonte:(1) Usher & Medow, 2010; (2) OECD.Stat 2011, acedido em 19/10/2012; (3) Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012; (4) CIAWorld Factbook (www.indexmundi.com, acedido em 21/08/2012) .

(*) com 1 USDppp. = 0.75455€ de acordo com OANDA Currency calculator Rates tm, acedido em 31/12/2010.

Como seria previsível, a situação dos estudantes portugueses em termos de acessibilidade e de capacidade para pagar as despesas que realizam para estudar na educação superior, em percentagem do PIB per capita, apenas é melhor que a dos estudantes lituanos, país que tem vindo a acompanhar o processo de liberalização dos países do leste europeu, após os acontecimentos posteriores à queda do Muro de Berlim, e dos estudantes ingleses/galeses, o que se explica pela forte mudança política do sistema de ensino inglês/galês no sentido da sua liberalização, acompanhando a deterioração que aí se verifica do Estado social.

Conclui-se, pois, face aos elementos anteriormente apresentados, que a situação dos estudantes portugueses, em termos de acessibilidade e de capacidade de pagamento é bastante desfavorecida quando confrontada com a situação vivida pelos estudantes de uma boa parte dos países em análise.

NOTAS FINAIS

A análise efectuada permite retirar algumas conclusões sobre as condições de vida dos estudantes do ensino superior em Portugal, na última dezena de anos. Assim, por um lado, foi possível perceber que, em geral, a crise económica e financeira que o país vem a sentir desde a década passada não se repercutiu negativamente na posse de alguns bens por parte dos estudantes e que dizem

respeito quer à sua condição de estudante, como é o acesso à Internet, quer ao desenvolvimento financeiro das sociedades onde os meios contabilísticos e financeiros de pagamento ultrapassam os meios monetários de pagamento.

Por outro lado, e já no que diz respeito a outro tipo de bens, nomeadamente a posse de viatura própria, os dados mostram que, em geral, os estudantes não são possuidores deste meio de transporte, sendo os estudantes do ensino privado os que mais o possuem. Apesar da evolução positiva entre as duas datas em confronto, a análise dos dados é bem consentânea com um bem que, definitivamente, não é de primeira necessidade.

Para além disto, é de realçar que o estudo efectuado vem mostrar uma tendência para uma maior democratização no acesso a certos bens e serviços por entre todos os estudantes universitários, como podemos observar pela inexistência de diferenças significativas relativamente ao usufruto dos bens estudados em função das áreas científicas de estudo, ainda que se revelem algumas diferenças em relação ao nível de rendimentos dos pais dos estudantes. Assim, pode, apesar de tudo, inferir-se sobre o reforço do processo de democratização no acesso a certos “bens básicos”, por parte dos indivíduos e que, entre 2004/2005 e 2010/2012, e no que respeita exclusivamente a estes bens, a situação sofreu uma alteração positiva.

No entanto, este processo de democratização não deve obscurecer o efectivo processo de elitização do ensino superior, em Portugal. Ao longo do período em estudo é visível a cada vez maior participação dos estratos de rendimentos alto/médio alto no conjunto dos estudantes do ensino superior. Esta mudança na estrutura social dos estudantes do ensino superior é particularmente acentuada nos últimos anos, testemunhando uma inversão do processo de democratização do ensino superior, em Portugal, iniciado em meados da década de 1970.

Finalmente, sublinhe-se a situação de desfavorecimento dos estudantes portugueses do ensino superior face à correspondente situação dos seus colegas em alguns países europeus, no que respeita ao esforço que as famílias portuguesas têm de realizar para terem um filho a frequentar estudos de graduação.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, B. **Pedagogy, symbolic control and identity - theory, research, critique**. London: Taylor & Francis, 1996.

BOUDON, R. **L'inégalité des chances**. Paris: Pluriel, 1973.

BOUDON, R. & LAGNEAU, J. „L'inégalité des chances devant l'enseignement de en Europe occidentale. **Perspectives**, n° 2, pp. 196-203, 1980.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J.-C. , **Les héritiers**. Paris: Les Éditions Minuit, 1964.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J.-C. , **La reproduction**. Paris: Les Éditions Minuit, 1970.

CABRITO, B. **Financiamento do ensino superior: condição social e despesas de educação dos estudantes universitários em Portugal**. Lisboa: Educa, 2002.

_____. Higher education, an education for the elites? The portuguese case. In: **Higher education in Europe**, vol. XXIX, n° 1, pp. 33-46, april 2004.

CARNOY, M. The role of education in a strategy for social change. In: M. CARNOY, M. & LEVIN, H. (orgs.) **The limits of education reform**. New York & London: Longman, pp. 269-290, 1976

CARTER, M. Contradictions and Correspondence: Analsys of the relation of schooling to work:. In CARNOY, M & LEVIN, H. L (orgs.) **The limits of education reform**. New York & London: Longman, pp. 52-82. 1976.

CERDEIRA, L. **O financiamento do ensino superior português: a partilha de custos**. Coimbra: Almedina, 2009.

CERDEIRA, L., CABRITO, B., PATROCÍNIO, J., MACHADO, M. L. & BRITES, R. Projecto CESTES – **Quanto custa estudar no ensino superior português?**. Lisboa: EDUCA, 2012.

HILL, C., WINSTON, G. & BOYD, S. **Affordability: family incomes and net prices at highly selective private colleges and universities**, William College. <http://www.williams.edu/wpche/DPs/DP-66r.pdf>. Acedido em 24/10/ 2012,

INE - Instituto Nacional de Estatística, vários anos.

JOHNSTONE, D.B. **Sharing the costs of HE. Student financial assistance in the United Kingdom, The Federal Republic of Germany, France, Sweden and the United State.** New York: College Board Publications, 1986.

_____. The cost of higher education. In: ALTBACH, Philip G. (org.). **International higher education: an Encyclopedia**, Vol. 1. New York: Garland Publishing, Inc., pp. 59-89, 1991.

_____. Tuition fees. In: CLARK, Bourton R. & NEAVE, Guy (orgs.), **The Encyclopedia of Higher Education**, Vol. 2. London: Pergamon Press, pp-1501-1509, 1992.

_____. Challenges of financial austerity: imperatives and limitations of revenue diversification in higher education. In: **The Welsh Journal of Education**, 11(1), pp. 18-36, 2002.

_____. Cost sharing in higher education: tuition, financial assistance, and accessibility in comparative perspective. In: **Czech Sociological Review**, 39(3), 2003. In: <http://www.gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/publications.html>. Acedido em 24/10/2012.

JOHNSTONE, D.B. & MARCUCCI, P.N. . Worldwide trends in higher education finance: cost-sharing, student loans, and the support of academic research. In: **UNESCO's Higher Education Commissioned Paper Series**. Paris: UNESCO, 2007.

LEVIN, H. (1976). Effects of expenditure increases on education resource allocation and effectiveness. In: CARNOY, M. & LEVIN, H. (orgs.) **The limits of education reform**. New York & London: Longman, pp. 171-200, 1976.

MEC – Ministério da Educação e Ciência/Agência para a Sociedade do Conhecimento. In : **Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento**. Lisboa : MEC, 2010.

PROST, A. **L'enseignement s'est-il démocratisé?**.Paris : P.U.F, 1992.

USHER, A. & CERVENAN, A. **Global HE rankings, affordability and accessibility in comparative perspective**. Toronto: EPI – Educational Policy Institute., 2005.

USHER, A, & MEDOW. Global HE rankings 2010, **affordability and acessibility in comparative perspective**. Toronto: EPI – Educational Policy Institute, 2010.

WILLIS, P. **Learning to labour. How working class kids get working class jobs.**
Aldershot: Gower Publishing, 1977.

BELMIRO GIL CABRITO é Professor Associado Aposentado (2011) do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE-UL). É mestre e doutor em Ciências da Educação por esta mesma instituição. Dentre outras atividades, coordena o grupo de Investigação em Formação de Adultos da Unidade de Investigação e Desenvolvimento do IE-UL.

E-mail: b.cabrigo@ie.ul.pt

LUISA CERDEIRA é doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa (UL) e mestra em Educação Universidade de Évora. É Pró-reitora da UL e Presidenta do Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa- Forges. Atua como docente e investigadora na especialidade políticas, administração e organização dos sistemas de ensino.

E-mail: lcerdeira@reitoria.ul.pt

TOMÁS PATROCÍNIO é doutor e mestre em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa e atua como docente e investigador na Universidade de Lisboa nas áreas políticas de educação e formação.

E-mail: tpatrocinio@reitoria.ul.pt

Recebido em novembro de 2012
Aprovado em novembro de 2012